

Governância central

JOAQUIM CUNHA*



> Como era previsível, a liderança bicéfala da CGD abortou. Nestas mesmas páginas, alertei sobre absurdas soluções para empresas públicas ou em processo de privatização adoptadas em Portugal. Consistindo na adopção de modelos de administrações não executivas em sobreposição a comissões executivas.

Não relativamente à mera questão da sua pertinência técnica. Que não se vislumbra. Mas à questão política. Que poderia parecer simples maledicência. A multiplicação de cargos que implica é a redenominação do antigo bloco central, numa espécie de governância central. Com natural predominio do partido que ocupa o poder. No caso, o Grupo CGD só perdeu seis meses em contradições, desfavoráveis ao sistema financeiro, de que é pedra-base.

A CGD devia e podia promover a concorrência no sistema financeiro. Dar maior atenção aos empreendedores e às PME. Mas não o faz. Anda ocupada com assuntos "superiores". De nomes e poderes com poder para obri-

gar a sociedade. Se fosse numa sociedade por quotas familiar talvez o assunto se tivesse resolvido mais depressa. Com dano apenas para os sócios, privados. No caso em questão, os accionistas somos todos nós. E é sabido como difícil é representar 10 milhões de accionistas.

Na Galp, a explosão passou de Matosinhos para Lisboa. Segundo o relatório oficial, a empresa não cumpria os requisitos mínimos de segurança. As reduções de funcionários desta área atingiram, em alguns casos, 75 por cento dos efectivos. Os operacionais da companhia não sabiam distinguir nafta de água. Como é conhecido, a legislação nacional e comunitária sujeita todas as empresas a rigoroso enquadramento ambiental: Independentemente da sua dimensão, têm regras e exigências elevadas nas matérias de higiene e segurança no trabalho, Ambiente e qualidade.

Esperava-se da Galp, empresa dominante, altamente cobiçada na privatização e lucrativa, um exemplo. Se se tratasse de algum pequeno negócio, o comentário seria o habitual: a visão de curto-prazo ou a falta de formação do "patronato". Mas trata-se, só e apenas, da maior firma do País. Uma empresa estratégica. Que cede o presidente ao Governo. Que tem como 'chairman' um ex-ministro. Que gasta fortunas em discutíveis acções de promoção e publicidade. Que não promove a concorrência nos combustíveis. E que, soube-se a custo - político -, não

cumprir o mais elementar em matérias ambientais e de segurança.

Em empresas públicas, mantêm-se equívocos por meses ou anos. A avaliação da gestão é apenas mediática. A conveniência política envolve melindres e discricção. Que não se compadecem com o rigor a que seria sujeita qualquer sociedade anónima privada em circunstâncias idênticas.

Estes dois casos exemplares desmentem dois chavões comuns em Portugal. De que o que é grande é, necessariamente, bom e eficiente. De que novas modas, como os "modelos de governância", nada têm de novo.

O "grande é bom" (por oposto ao mote britânico que deveria traduzir) é uma das "ideias" recauchutadas e desfasadas. Que começam nas universidades, continuam nos recém-licenciados, são propaladas pelos média e usadas pelos supostos gurus da gestão empresarial. As empresas do circuito do poder necessitam de menos gestão mediática e de mais preocupação com os clientes e com os accionistas. Como em qualquer empresa privada.

Os 10 milhões de "accionistas", que são quase sempre clientes, merecem mais respeito. Em nome dos princípios da contenção e equidade orçamental para 2005, enunciados pelo ministro das Finanças. Representante formal dos 10 milhões de accionistas.

* Presidente da PME-Portugal
presidente@pmeportugal.com.pt